

# O PAPEL DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA PROMOÇÃO DO RELACIONAMENTO INTERPESSOAL ENTRE ALUNOS E PROFESSORES CONTRIBUINDO NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

The role of Educational Advisor in promoting interpersonal relationship between teachers and students contributing for the learnig process

LONGO, M.  
PEREIRA, Z. C.

Recebimento: 16/11/2011 – Aceite: 20/12/2011

**RESUMO:** O presente trabalho teve por finalidade focar diversas particularidades do âmbito educacional, demonstrando que a estrutura física da escola e o ensino de qualidade não dependem apenas do gestor escolar, mas do esforço, união e cooperação de todos os membros desta unidade, juntamente com a comunidade do seu entorno. Teve também como objetivo relatar a importância das Relações Interpessoais, dentre elas, sua influência na aprendizagem, percebendo que o espaço da sala de aula é um local privilegiado para que estas relações aconteçam, produzindo com a relação professor-aluno um par educativo para a produção de um espaço de ensino-aprendizagem satisfatório, a fim de elevar a curiosidade, despertar o interesse, e transformando um conhecimento confuso e fragmentado em um saber organizado e preciso em conjunto com o Orientador Educacional.

**Palavras-chave:** Escola. Aluno. Professor. Relações interpessoais.

**ABSTRACT:** This paper aims to focus on the various features of the educational ambit, demonstrating that the physical structure of the school and quality of education does not only depend on the school manager, but on the effort, unity and cooperation of all members of this unit, together with the community. It also had the purpose of reporting the importance of interpersonal relationships, among them the influence on learning, realizing that the space of the classroom is a privileged location for relationships to occur, promoting, with the teacher-student relation, a productive pair for the production of

a suitable teaching and learning space, in order to raise curiosity, to arouse interest, transforming a confused and fragmented knowledge into an organized and precise education.

**Keywords:** School. Student. Teacher. Interpersonal relationships.

## Introdução

Este trabalho foi realizado a partir de estudos bibliográficos, sobre alguns aspectos da gestão escolar e orientação educacional, buscando compreender sua organização, funções e contribuições do orientador educacional para com o professor no processo ensino-aprendizagem. O trabalho educacional demanda esforço compartilhado, realizado em conjunto, através da participação coletiva e integrada dos partícipes de todos os segmentos das unidades de trabalho, pois somente com o envolvimento de todos os membros escolares no processo educativo, se conseguirá estabelecer objetivos para a solução de problemas, na tomada de decisões, proposição de planos de ação e sua implementação, monitoramento e avaliação visando e obtendo assim melhores resultados no conjunto educacional.

Na instituição escolar, o orientador educacional é um dos profissionais da equipe da gestão escolar, dos quais fazem parte: diretor escolar, supervisor e orientador. O orientador educacional trabalha diretamente com os alunos, ajudando-os em seu desenvolvimento pessoal, juntamente com os professores, auxiliando-os a melhorar o processo ensino-aprendizagem e as relações entre aluno-professor, professor-aluno, a fim de compreender o comportamento dos estudantes e agir adequadamente em relação a eles. Na escola, o orientador está envolvido na organização e realização da proposta pedagógica e com a comunidade, orientando, ouvindo e dialogando com os pais e responsáveis.

Percebe-se que a fragmentação das funções de professores, orientadores educacio-

nais, diretores e outros membros, apesar dos muitos esforços realizados por eles, pouco tem ajudado a explicar os fenômenos da relação humana na escola, principalmente no envolvimento aluno-professor. Ajustes já foram feitos, mas há muito ainda o que mudar. Alguns educadores continuam aperfeiçoando-se em cursos de especialização, fazendo cursos de formação continuada, investindo no conhecimento e qualificação profissional, mas pouco retorno pelos seus esforços tem recebido, contudo as exigências para o educador têm aumentado, enquanto para o educando tem diminuído e facilitado em alguns momentos sua progressão.

Esta pesquisa está dividida em quatro partes: A primeira parte trata da gestão escolar, como deve trabalhar um gestor escolar, o que ele deve desenvolver na escola, quais são suas funções, se estará somente comprometido com as leis, ou pode proporcionar melhorias, como deve ser sua relação com os demais colegas de trabalho, uma vez que a administração escolar não ocorre sozinha, mas com toda comunidade escolar. Na segunda parte discute-se as funções do orientador educacional na aprendizagem e sua dinâmica na relação com professores e demais membros escolares. Na terceira relata-se a relação interpessoal na influência da aprendizagem dos alunos. E na quarta descreve-se a importância da formação continuada para se obter um ensino de qualidade.

## A gestão escolar

Conforme Lück (2008), o conceito de gestão parte do pressuposto de que o êxito de uma organização social depende da mobilização

da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade, a qual cria um todo orientado a partir de uma vontade coletiva. Sendo esta a condição fundamental para que a educação se processe de forma efetiva no interior da escola, tendo em vista a complexidade e a importância de seus objetivos e processos.

O termo gestão escolar é recente, teve sua implantação nos anos 90, com a substituição do termo administração (ANTUNES; CARVALHO, 2008). A mudança de denominação não ocorreu apenas na forma escrita, mas, também, nas concepções teóricas. Esta diferenciação reflete as transformações oriundas de um determinado contexto histórico (CARMO, 2010).

## O papel do gestor escolar

Por sua vez, o gestor escolar (ARMELIN, 2008) tem como papel não se limitar somente em cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos, as decisões, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e transmitir a seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento desses trabalhos.

O gestor escolar, de acordo com a autora anteriormente exposta, deve agir como líder, pensando no progresso de todos que fazem parte de sua equipe, ser democrático, opinar e propor medidas que visem ao aprimoramento dos trabalhos escolares, o sucesso de sua instituição, além de exercer sua liderança administrativa e pedagógica, visando à valorização e desenvolvimento de todos na escola.

Salienta-se que um gestor líder é aquele capaz de desenvolver o potencial de trabalho de toda sua equipe, fazendo com que esta se sinta capaz de transformar e realizar com sucesso todos os projetos desenvolvidos pela instituição de ensino. Para que os objetivos da escola sejam desenvolvidos, o gestor competente deve conduzir sua equipe perante a um

propósito a ser concretizado e uma estratégia de ação que alcance esses ideais. O ponto de partida para que as ações da equipe escolar possam ser bem sucedidas e quando alguma das estratégias falha, o gestor educacional deve incentivar a equipe a descobrir o que é necessário fazer para dar continuidade ao processo (ARMELIN, 2008).

Para tanto, o gestor escolar deve ter bem claro que sua equipe não se limita a alunos, professores e demais funcionários da instituição. A equipe escolar é composta também pelos pais dos alunos e por toda a comunidade de forma geral, a qual deve estar mobilizada para que juntos possam promover o principal objetivo escolar, a aprendizagem do aluno, conforme a afirmação de Armelin (2008):

É fundamental ao gestor a habilidade em gerenciar conflitos, pois toda instituição escolar, assim como qualquer outra instituição muitas vezes se depara com conflitos que podem ocorrer entre os membros da equipe já que cada ser humano possui características individuais, conflitos esses que podem ser ocasionados por fatores externos ou internos ao ambiente de trabalho (ARMELIN, 2008).

## Gestão participativa na escola

O entendimento do conceito de gestão participativa refere-se à maximização dos processos sociais como força e ímpeto para promover mudanças. Essas com o trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisões, sendo em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos (LÜCK, 2008).

A gestão participativa se assenta, portanto, no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica

das relações interpessoais ocorrentes no contexto de sistemas de ensino e escolas, em torno de objetivos educacionais, concebidos e assumidos por seus membros, de modo a constituir um empenho coletivo em torno de sua realização (LÜCK, 2008, p. 22).

Lück (2008) destaca a ação participativa como prática social. Esta deve ocorrer mediante a orientação de alguns valores substanciais, como ética, solidariedade, equidade e compromisso, dentre vários outros correlacionados, sem os quais a participação no contexto da educação perde seu caráter social e pedagógico.

Contudo, para uma gestão participativa escolar de qualidade, valores somente não bastam, faz-se necessário por em prática e seguir alguns objetivos, tais como os apresentados por Lück (2008):

- Deve-se promover o desenvolvimento do ser humano como ser social, e a transformação da escola como unidade social dinâmica e aberta à comunidade, para que a educação se transforme em um valor cultivado pela comunidade e não seja como muitas vezes é considerada, uma responsabilidade apenas de governo e da escola.

- Desenvolver o comunitarismo e o espírito de coletividade na escola, caracterizados pela responsabilidade social, conjunta, a fim de que esta se torne ambiente de expressão de cidadania pelos seus profissionais e de aprendizagem social efetiva e de cidadania, pelos alunos.

Estas são algumas condições fundamentais para que a escola realize o objetivo por ela assumido e presente na proposição do seu projeto pedagógico, que é a formação dos alunos para a cidadania.

Paro (2001) expõe em sua obra que por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comuni-

dade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária. A participação da comunidade na escola, como todo processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de reflexão a respeito dos obstáculos e potencialidade que a realidade apresenta para a ação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional N°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), em seus artigos 14 e 15, apresenta as seguintes determinações:

Artigo 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Artigo 15 – Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Esta lei decreta a gestão democrática com seus princípios vagos, não estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão democrática. Observa-se que apenas menciona o lógico, a participação de todos os envolvidos.

De acordo com o escrito a seguir, Paro (2001) torna claro as dificuldades do administrador escolar:

Em termos práticos, as atividades de direção restringem-se ao diretor e ao assisten-

te de diretor, seu coadjuvante no comando da escola. [...] as precárias condições de funcionamento da escola pública, que se percebe as voltas com falta de material didático, espaço físico impróprio para suas funções, móveis e equipamentos deteriorados, formação inadequada do corpo docente, escassez de professores e demais funcionários, falta de recursos materiais e financeiros para fazer frente às mais elementares necessidades. Diante desses argumentos, não é difícil imaginar as dificuldades da direção em coordenar esforços de pessoas cujas atividades dependem de recursos inexistentes (PARO, 2001, p. 73 e 74).

Muitos dos obstáculos encontrados atualmente na gestão escolar são decorrentes do excesso de exigências (Paro, 2001) da Delegacia de Ensino e dos órgãos superiores do sistema de ensino no que se refere à prestação de contas e de informações por parte da escola, através de relatórios, preenchimento de fichas, formulários e vários outros mecanismos formais e burocráticos, que sobrecarregam de serviço o pessoal da secretaria e da direção, que, muitas vezes, não sabe sequer como agir diante das ordens contraditórias vindas dos órgãos superiores.

## Orientação educacional

Todo orientador educacional é um educador (CARVALHO, 1979), assim como todo professor. Por sua vez a função da educação é a mesma da orientação tomada em sentido amplo, ou seja, possibilita a tomada de consciência das potencialidades do indivíduo para que ele escolha e assuma a direção de seu próprio destino [...] orienta-se o indivíduo para que ele mesmo tenha condições de escolher seu futuro ou se conduz o indivíduo a um rumo já determinado (p.35). O papel da orientação educacional só tem sentido de existência

quando se preocupa com a realização do ser individual mais do que com a realização do ser social, visto que este decorre do outro e não ao contrário.

Cabe ao orientador educacional, em sua prática educativa com os professores, assessorá-los no acompanhamento e compreensão de sua turma, integrar-se às diversas disciplinas visando ao desenvolvimento de um trabalho comum e à formulação das habilidades didático-pedagógicas a serem desenvolvidas com os alunos. Encaminhar e avaliar as relações entre os alunos e a escola, bem como buscar uma ação integrada com a coordenação pedagógica e os professores, obtendo a melhoria do rendimento escolar, por meio de bons hábitos de estudo.

Conforme Carvalho (1979) o educando tem inúmeras possibilidades de se desenvolver, contudo o orientador educacional da instituição, juntamente com o educador, podem ajudá-lo a discernir por algo que possa engrandecê-lo a partir de normas já determinadas. Somente escolhe-se entre opções que se conhece, dessa forma, saber e liberdade estão unificados. Por sua vez, o ser ao qual se educa toma, por meio do conhecimento, consciência do mundo que o rodeia e do mundo cultural que gerações anteriormente construíram. Mas para que a escolha aconteça, é necessário o conhecimento; conhecimento este adquirido pela instrução, esta advinda por meio da educação, a qual propicia ao indivíduo compartilhar da totalidade das coisas.

Conceição (2010) expõe claramente a função do orientador na escola, seu trabalho coletivamente contribuindo para o ensino:

O orientador educacional deve ser o agente de informação qualificada para a ação nas relações interpessoais dentro da escola, adotando a prática da reflexão permanente com professores, alunos e pais, afim de que eles encontrem estratégias para o manejo de problemas recorrentes. Esse profissional não deve

assumir posturas isoladas, pois a excelência de seu papel é a mediação qualificada, se há disputa entre o orientador e os demais envolvidos, isso é tão visível quanto tangível. Sua formação deveria ser precisa, mas na prática atuam nessa função vários tipos de profissionais. Além do aspecto da formação, também enfrentamos a variação de modelos. A presença do orientador educacional na escola (mesmo que isso seja obrigatório por lei) significa, portanto que houve a escolha de determinado tipo de atuação e, por consequência, de um modelo. No panorama de enfrentamento, quando ele está presente, há que perguntar qual é o modelo de orientação educacional que a escola quer, pois, sem essa informação, poderemos estar diante da evidência de um equívoco permanente e de mais um problema num campo que, por excelência é o da resolução de problemas (CONCEIÇÃO, 2010, p. 49).

A orientação educacional aparece como aspecto humano formador dentro da escola, por sua vez, o orientador sozinho não conseguirá realizar esta tarefa, pois a educação é um complexo global. O orientador pode ajudar na opção de escolha do educando, porém essa escolha implica em autoconhecimento e a determinação de uma lei moral. Esse conhecimento é obtido a partir de várias formas, as quais não são limitadas a uma determinada e padronizada atuação numa saleta obscura, onde intente a ajudar o educando a incorporar noções provenientes dos mais diversos ambientes. Eis que apoiar, compreender são fatores decisivos para a atuação do orientador junto daquele que pretende auxiliar na sua determinação (CARVALHO, 1979).

O orientador educacional (Piletti, 2004) presta um serviço de assistência e auxílio ao aluno no processo de aprendizagem. Ao orientador educacional, cabe conversar com os alunos que enfrentam inúmeras dificuldades de aprendizagem em uma matéria determina-

da, ou em várias no geral. Além de resolver problemas de aprendizagem, o orientador tem como trabalho evitar a ocorrência desses problemas. Uma das maneiras para solucionar esses conflitos é fazer com que os alunos aprendam a estudar de forma eficiente.

A orientação, em seu conceito mais amplo, confunde-se com a própria educação e sua história, há necessidade de se distinguir orientação empírica e orientação técnica. Para Carvalho (1979) portanto,

[...] a orientação empírica é expressa somente pela influência de um ser sobre outro, a orientação técnica se exerce nos limites de um estatuto e possui agentes determinados e exclusivos (CARVALHO, 1979. p. 53).

A orientação técnica e educacional específica como processo de influência distinta da transmissão didática coincide com o progresso da psicologia, principalmente com o desenvolvimento da psicologia da criança e com o desenvolvimento da industrialização. Para que haja possibilidade de atuação da orientação, é preciso que as necessidades, aspirações, interesses e capacidade das crianças e adolescentes sejam claramente conhecidos (CARVALHO, 1979. p. 53).

## Orientador educacional e a legislação

O decreto N°. 72.846, de 26 de setembro de 1973, regulamenta a lei N°. 5.564, de 21 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968), a qual dispõe sobre o exercício da profissão de orientador educacional, conferindo ao artigo 81, item III, da Constituição e decreta:

Art. 1°. Constitui o objeto da Orientação educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1° e 2° graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua

personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º. O exercício da profissão de Orientador Educador é privativo:

I – Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.

II – Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III – Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

Art. 5º. A profissão de Orientador Educacional, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.

Art. 8º. São atribuições privativas do Orientador Educacional:

- a) planejar e coordenar a implantação e funcionamento do serviço de Orientação Educacional em nível de: Escola e Comunidade.
- b) planejar e coordenar a implantação e funcionamento do serviço de orientação educacional dos órgãos do serviço público federal, estadual, municipal e autárquico; das sociedades de economia mista, empresas estatais, paraestatais e privadas.
- c) coordenar a orientação vocacional do

educando, incorporando-o ao processo educativo global.

- d) coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.
- e) coordenar o processo de informação educacional e profissional com vistas à orientação vocacional.
- f) sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.
- g) sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.
- h) coordenar o acompanhamento pré-escolar.
- i) ministrar disciplinas de teoria e prática da orientação educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.
- j) supervisionar estágios na área da orientação educacional.
- l) emitir pareceres sobre matéria concernente à orientação educacional.

Art. 9º. Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

- a) participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;
- b) participar no processo de caracterização da clientela escolar;
- c) participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;
- d) participar na composição, caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;

- g) participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) realizar estudos e pesquisas na área da orientação educacional.

## O orientador educacional como mediador da escola

O orientador era tido como responsável por encaminhar os estudantes considerados “problema” a psicólogos. Aos poucos, perdeu este rótulo antigo e pejorativo e atualmente trabalha para intermediar os conflitos escolares e ajudar os professores a lidar com alunos com dificuldade de aprendizagem. Para que esta função tenha sucesso, o orientador precisa construir uma relação de confiança que permita administrar os diferentes pontos de vista, ter a habilidade de negociar e prever ações (ALMEIDA, 2009).

Seu papel também é o de manter reuniões semanais com as classes, a fim de mapear problemas, dar suporte a crianças com questões de relacionamento e estabelecer parceria com as famílias, quando há a desconfiança de que a dificuldade esteja em casa (ALMEIDA, 2009).

Recentemente, o orientador passou a atuar de forma a tender os estudantes levando em conta que eles estão inseridos em um contexto social, o que influencia o processo de aprendizagem. [...] faz menção que essa mudança tem a ver com a influência de teóricos construtivistas, como Jean Piaget (1896 -1980), Lev Vygostky (1896 – 1934) e Henri Wallon (1879 – 1962), nos projetos pedagógicos das escolas, cada vez mais pautados pela psicologia do desenvolvimento – o estudo científico das mudanças de comportamento relacionados à idade durante a vida de uma pessoa (ALMEIDA, 2009, p.76).

A reportagem da revista Nova Escola (ALMEIDA, 2009) demonstrou alguns exem-

plos da importância do orientador educacional nas escolas, mediando intervenções individuais, acompanhando os jovens e estabelecendo boas relações entre os membros da escola, alunos, pais e demais comunidade. Sendo um dos exemplos o de uma orientadora de São Paulo – SP, a qual cita que precisou sentar e conversar com um aluno que fez uma coisa errada. Este, ao conversar, chorou e desabafou dizendo que ninguém enxergava suas qualidades. Então, na conversa, combinaram que o aluno começaria a demonstrar seu lado bom, o que, aos poucos, foi tornando-se perceptível e surpreendeu a orientadora. A mesma comenta que convive com os alunos, ou seja, não fica presa a sua sala, chega antes à escola para poder conversar com os alunos, acompanha a circulação no pátio nos intervalos e, ainda, participa das atividades de grupo fora da sala. Comenta também que reúne-se semanalmente com cada uma das turmas de sua escola, onde discutem questões como alimentação, drogas, sexualidade, mídia e relação com o corpo, além de incentivar a formação de uma pessoa crítica, sempre em conjunto com o professor e a família.

Outros exemplos também foram relatados, demonstrando a dimensão e a importância do trabalho do orientador nas escolas, diante da realidade de cada aluno e de relações precárias enfrentadas por famílias do entorno da escola, onde ao orientador coube, dentro de seus limites e com cuidado, ajudar a pessoa a encontrar a saída e os recursos disponíveis.

## Orientação permanente dos estudos

Conceição (2010) comenta que a educação no ensino médio ainda não se volta para a construção do conhecimento, diferente do que ocorre na universidade, onde esta tem como característica principal a permanente reflexão sobre o conhecimento produzido, sendo uma

das formas de avançar na compreensão dos fenômenos. Relata também que o hábito de estudo dos alunos é inconstante, especialmente porque a estimulação social cresce de forma avassaladora. A falta de estudo permanente ocasiona o desespero e a corrida de preparação às vésperas das provas, e, em seguida, estabelecendo-se o fracasso dessa estratégia. Faz parte da escola ensinar ao aluno estudar de acordo com as expectativas do segmento. É desejável também a criação de espaços de estudos monitorados, paralelos e simultâneos ao momento pedagógico exercido em classe e nas diferentes disciplinas.

Faz-se necessário aprimorar a reflexão e o debate coletivo dos jovens em torno de questões práticas, as quais podem ser explicadas pela ciência, mobilizando assim, o aluno para problematizar o aprendizado escolar em função de sua aplicabilidade na vida cotidiana. Despertar o interesse para ampliar seu conhecimento passa pela afirmação de que seu repertório é aplicável, útil e desafiador para a busca de novas respostas (CONCEIÇÃO, 2010).

## Relações interpessoais na escola

A escola como um espaço digno e acolhedor deve fazer com que os educandos, alunos, família e comunidade sintam-se respeitados, valorizados, incluídos e acolhidos. Antunes (2006, p.9) menciona que as relações interpessoais estabelecem laços sólidos nas relações humanas. Cada pessoa é, e sempre será, um verdadeiro universo de individualidades; suas ações, seus motivos, seus sentimentos constituem paradigma único.

É necessário estar alerta para alguns fatos que estão presentes no ambiente escolar, através de comportamentos opressivos, em face da preocupação de “dar conta dos conteúdos”, não tendo tempo o coletivo da escola em trabalhar com valores, atitudes e procedimentos

positivos, de grande importância para a construção do cidadão consciente e solidário de hoje e do amanhã (LIMA, 2007, p.12).

Muitos dos equívocos cometidos durante a vida são decorrentes dos excessos. Na educação dos filhos, quando os pais fazem todas as suas vontades, dizendo sim para tudo o que eles pedem, correm assim, sérios riscos de transformá-los em pessoas sem limites e sem respeito diante das situações de vida que a eles são apresentadas e com as pessoas que venham a se relacionar (JORGE; PETRY, 2009).

De acordo com Lima (2007, p.112), a escola, na ânsia de preparar as pessoas para o amanhã, inibe a dificuldade, a expansão da alegria, da criatividade, da criticidade e da realização. A preocupação fundamental volta-se para a preparação do jovem para o futuro, especificamente para o mercado de trabalho. Faz-se necessário pensar a escola e o aluno no presente, analisar o que a instituição pode oferecer, pois sua função não deve ser apenas a de preparar o aluno para o vestibular e para o emprego futuro, mas possibilitar o crescimento de cidadãos críticos, capazes de reconhecer, atuar e transformar a sua e as diversas realidades presentes no contexto. Por isso, é necessário que os responsáveis pela administração coletiva da escola: diretor, supervisor, orientador educacional possibilitem a construção de um espaço rico de múltiplas vivências importantes, na medida em que propiciem o autoconhecimento e a autocritica das pessoas, lidando com as tensões do dia a dia, exterminando sentimentos de impotência e de desilusão, ativando, por outro lado, a indignação, a resistência, a luta e a esperança.

Os laços entre alunos e professores a partir de Antunes (2006, p.12) se estreitaram e, na imensa proximidade desse imprescindível afeto, tornou-se importante descobrir ações, estratégias, procedimentos sistêmicos e reflexões integradoras. Na sala de aula, não deve mais existir a expressão simbólica cabide,

onde o aluno, ao entrar, deixa ali penduradas as suas emoções e sentimentos, posto que lá dentro valha apenas pela lição que faz, atenção com que ouve e nota que tira.

As relações interpessoais e a aprendizagem possuem uma característica em comum. Para que esta relação aconteça, é necessária a presença de, pelo menos, duas pessoas. Nessa relação, ocorre a troca de experiências, em que o aluno aprende os conteúdos programáticos e permite aos professores a tomada de ações que os conduzam a reflexões sobre suas práticas pedagógicas, proporcionando, desse modo, um aprimoramento e uma adequação dessas ações. As práticas pedagógicas devem sempre estar pautadas em objetivos claros, que conduzam os educandos a construir seus próprios conhecimentos e saberes a partir dos conceitos anteriormente estabelecidos. Dessa forma, para a construção de novos conhecimentos, é importante que o aluno estabeleça conexões com experiências anteriores, vivências, leituras e atribua significados ao que está aprendendo. Os conhecimentos prévios, além de permitirem realizar um contato com o novo conteúdo, são imprescindíveis para que o aluno construa o seu conhecimento. As situações de aprendizagem oportunizadas pelo professor devem primar pela interação, trocas de experiências e diálogos entre os sujeitos. Proporcionando a possibilidade de livre expressão dos alunos, o professor incentiva-os a exporem suas ideias e também ao confronto de opiniões (JORGE; PETRY, 2009).

Antunes (2006, p.12) descreve que a concepção de escola, muitas vezes, ficou somente

[...] na transmissão de informações segundo planos sistemáticos e garantir às novas gerações o domínio da herança cultural acumulada, e o papel do professor restringia-se especificamente à exposição de conteúdos, era possível pensar que os alunos e professores habitassem mundos diferentes que se cruzavam com objetivos claramente distintos, alguns para dizer outros para ouvir.

Os traços da personalidade são relativamente duradouros e podem estar ligados a fatores de temperamento, mas os estados de personalidade são flutuantes e relacionam-se à disposição e à forma como as pessoas são tratadas e como se sentem em relação a si mesmas e em suas relações interpessoais (ANTUNES, 2006. p.18).

Conforme Antunes (2006, p.23), se aceitarmos e valorizarmos os alunos, se os considerarmos capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com seus estudos, se for reservado tempo para escutá-los, contribuiremos para o desenvolvimento de padrões consistentes e realistas e para que os alunos sintam-se encorajados a não se intimidar com o fracasso e aprendam a agir de forma independente e responsável. Isso, em hipótese alguma, significa que o professor não deva criticá-los ou desafiá-los a maiores esforços e menos ainda que não corrijam seus erros.

## Formação continuada

Segundo Rosa (2004, p. 142), a formação continuada é sempre lembrada, mas pouco aplicada. Ela consiste na formação contínua para professores e funcionários, sendo, portanto, uma responsabilidade de todos, porém a coordenação, face à atividade-fim principal da instituição pedagógica, é a responsável por tornar essa condição realidade na instituição.

O aperfeiçoamento constante tanto dos professores, quanto da direção, do orientador educacional e supervisor, os quais não deixam de ser educadores, é de fundamental importância, conforme Piletti (2004, p.177) visto que novas ideias, novos métodos de ensino, novas experiências educacionais sempre surgem, com possibilidades de melhorar o trabalho educativo. Em qualquer atividade humana, não deve haver a estagnação, o ponto de chegada: ou evoluímos constantemente,

através de sucessivos pontos de partida, ou regredimos irremediavelmente.

O autor acima menciona que o aperfeiçoamento e a atualização constantes são indispensáveis para qualquer ser humano e muito mais para os que se dedicam à educação das novas gerações. Os membros da instituição educacional que, ao concluir sua formação, abandonam os livros, as discussões, os debates sobre seu trabalho tendem facilmente à frustração e ao fracasso. Em consequência, os educandos tornam-se vítimas dessa frustração e desse fracasso.

Libâneo comenta a necessidade do professor estar em contínua formação a fim de tornar o ensino qualificado como descreve:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial visando ao aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (2008, p.227).

Segundo Lima (2007, p.101), a formação continuada é uma condição inerente à educação e precisa englobar alunos, funcionários, docentes, coordenadores pedagógicos, vice-diretores, diretores, supervisores de ensino e a comunidade escolar. Ela depende do esforço de cada um. Sendo o educador o sujeito de sua prática, sua tarefa é formar-se a si próprio, através da reflexão a ação cotidiana.

Porém, a formação continuada não deve se restringir apenas à frequência em alguns cursos ou palestras para obter os últimos conhecimentos pedagógicos. A formação continuada deve ser constituída da fundamentação teórica, da reflexão sobre a prática e da pesquisa. Um bom profissional da educação

deve ser um protagonista ativo no seu processo de formação, no qual a ação-reflexão-ação tem predominância no princípio básico da formulação e da compreensão do contexto ensino-aprendizagem (LIMA, 2007. p.100).

Para ocorrer educação com qualidade (ROSA, 2004. p. 142), a coordenação deve estar atenta às novas necessidades da instituição, procurando meios de atualizar o corpo docente, de forma que os alunos e responsáveis por eles não sintam que a escola não acompanha as transformações. A coordenação deve refletir sempre sobre o currículo e práticas de ensino e aprendizagem, passando para o corpo docente as novas práticas e, em conjunto, estimulando o interesse dos discentes pelo seu trabalho e, também, dos docentes, obtendo-se assim, melhores resultados no desenvolvimento educacional.

Libâneo (2008, p. 229) afirma em que locais deve acontecer o aprimoramento do professor, quando e quais órgãos são responsáveis:

A formação continuada consiste de ações de formação dentro da jornada de trabalho: ajuda a professores iniciantes, participação no projeto pedagógico da escola, entrevistas e reuniões de orientação pedagógico-didática, grupos de estudo, seminários, reuniões de trabalho para discutir a prática com conselhos de classe, programas de educação a distância entre outros. E fora da jornada de trabalho: congressos, cursos, encontros, palestras, oficinas. Ela se faz por meio de estudo, da reflexão da discussão e da confrontação das experiências dos professores. É responsabilidade da instituição, mas também do próprio professor, porque o compromisso com a profissão requer que ele tome para si a responsabilidade com a própria formação.

Segundo Libâneo (2008, p.230), as práticas de formação inicial e continuada devem ter início desde o ingresso dos alunos no curso de licenciatura, integrando os conteúdos

das disciplinas em situações da prática que coloquem dilemas e situações problemáticas aos futuros professores e lhes possibilitem experimentar soluções. Tendo assim a prática ao longo do curso como referente direto para comparar as situações vivenciadas com os estudos que está fazendo e formar seus próprios conhecimentos e convicções. Conhecendo, portanto, o mais cedo possível os sujeitos e situações com que irá trabalhar. Tornando, dessa forma, a prática profissional instância permanente e sistemática na aprendizagem do futuro professor e referência para a organização curricular.

Portanto é de grande importância para o processo de ensino e aprendizagem o profissional da educação dispor, em sua carga horária, de tempo destinado aos estudos, planejamento e avaliação. Também para que possa trocar ideias com seus colegas a respeito das necessidades, expectativas e dificuldades das turmas com as quais trabalha. Dessa forma, poderão melhorar a qualidade do trabalho escolar, colaborando uns com os outros, auxiliando os alunos a alcançarem o desenvolvimento. Entretanto, faz-se necessário que esse período esteja integrado num projeto pedagógico global da escola, havendo uma pauta de discussões, onde todos estejam informados, implantando as providências acertadas nessas ocasiões (PILETTI, 2004. p. 180).

## Conclusão

Para que as ações de planejamento sejam efetivas no ensino aprendizagem dos alunos, é de extrema necessidade que a construção escolar seja organizada por todos os membros que dela fazem parte, criando um espaço de trabalho prazeroso, produtivo e com fortes vínculos afetivos. Somente com a construção de núcleos mobilizados, através da participação de professores, direção, supervisores, orientadores educacionais, alunos e funcioná-

rios, ocorrerão a transformação e melhoria da educação, pois, quando conectados em rede, estes promoverão transformações significativas no contexto educacional.

As múltiplas funções em que hoje está dividido o processo educativo, nada mais é do que desdobramentos de uma função única inicial, a do professor, que foi aos poucos ganhando complexidade, sendo uma destas a restrição cada vez mais a uma determinada área de conhecimentos e a multiplicação de tarefas que atualmente são impostas à escola, devido a diminuição da relação familiar e do convívio entre pais e filhos. Nesse processo de formação humana, a boa educação deve ser priorizada pelo educandário, porém não é unicamente de responsabilidade da comunidade escolar, mas sim, deve ter início primeiramente na família os valores éticos e de educação, a partir do diálogo entre pais e filhos.

É imprescindível que os professores sejam atuantes e interativos em toda instituição educacional, na atuação em sala de aula e fora dela, nos relacionamentos com os alunos, no modo como são respondidos ou recebidos os estímulos, não afetando ou agredindo os valores inatos dos estudantes. O professor deve ser flexível em suas atitudes, pois cada educando possui individualidade e concepções diferentes, as quais devem ser instigadas para melhor concretização do conhecimento, a partir de sua realidade. O orientador educacional deve trabalhar em parceria com o professor a fim de que este compreenda o comportamento dos alunos, haja de maneira adequada em relação a eles e, através de diálogo e orientações, desenvolvam um ensino prazeroso e de qualidade.

Para que as aulas sejam produtivas, fascinantes e cativem os alunos é essencial o educador estar atualizado, porém ele não é um indivíduo sozinho no educandário, necessita da cooperação do orientador educacional e demais membros da instituição para exercer assim suas funções em um mundo real e em permanente transformação. Porém o professor

não deve estar apenas atualizado, mas ser um participador dos acontecimentos, desenvolvendo a interrelação entre professor e aluno, ser produtor da interação social entre aluno-aluno, comunicar-se frequentemente com o orientador educacional a fim de compreender as reais situações vivenciadas por seus alunos e, juntos, desenvolverem o exercício constante que envolva assimilação de conhecimentos, desenvolvimento de hábitos e atitudes de convívio, bem como a cooperação e o respeito humano.

Integrada com a Orientação Pedagógica e os docentes, a Orientação Educacional deverá ser um processo educativo que coopere com

o professor, estando sempre em contato com ele, fazendo-o compreender o comportamento das classes e dos alunos em particular. Além de manter os professores informados quanto às atitudes do Orientador Educacional junto aos alunos, auxiliando o educador a tratar de assuntos atuais e de interesse dos educandos, integrando as diversas disciplinas, incentivando e participando com os docentes do contínuo aprimoramento do conhecimento e demonstrando-lhe que a educação não é maturação espontânea, mas intervenção direta ou indireta que possibilita a conquista da disciplina intelectual e moral.

## AUTORES

Maristela Longo - Graduada em Ciências Biológicas Licenciatura pela Universidade Regional Integrada – URI Campus de Erechim. Especialista em Química Ambiental pela Universidade Regional integrada – URI Campus de Erechim. Especialista em Gestão Escolar: Orientação Educacional pela CELER Faculdades – Xaxim SC. E-mail: maribarao@hotmail.com

Zelandia Cecconi Pereira - Mestre em Educação pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Professora da CELER Faculdades (Xaxim – SC)

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Daniela. O mediador da escola. **NOVA ESCOLA**. Editora Abril. Ano XXIV. Nº220. Março de 2009. Ministério da Educação FNDE.

ANTUNES, Celso. **Relações interpessoais e auto-estima**: sala de aula como um espaço de crescimento integral, faz. 16. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_, Rosmeiri Trombini; CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. **O gestor escolar**. Em 12/02/2008. Disponível em: <www.portal da educacaomaringa.pr.gov.br/educacao\_home/gestao/visialuza\_gestao.php.>. Acesso em: 29 mar. 2011.

ARMELIN, E. Sâni. **Afinal, qual é o papel do gestor escolar?** Publicado no Recanto das letras em 26/04/2008. Código do texto: T963581. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/963581>. Acesso em: 29 mar. 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 29 mar de 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 5.564 de 21 de dezembro de 1968 dispõe sobre o exercício da profissão de orientador educacional.** Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1950\\_1969/L5564.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1950_1969/L5564.htm)>. Acesso em: 04 abr de 2011.

CARMO, Ana Lídia Lopes do. **A gestão educacional.** Disponível em: <[www.infoescola.com/educacao/](http://www.infoescola.com/educacao/)>Publicado: 03/03/2010. Acesso em: 29 mar. 2011.

CARVALHO, Maria de Lourdes Ramo da Silva. **A função do orientador educacional.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

CONCEIÇÃO, Lilian Feingold. **Coordenação Pedagógica: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

JORGE, Vagner; PETRY, Liane. **Relações interpessoais no ambiente escolar sob a visão de professores de ciência e matemática.** X Encontro Gaúcho de educação matemática. 02 a 05 de junho de 2009. Ijuí, RS.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. Goiânia, GO: MF livros, 2008.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a administração escolar: A busca de um sentido.** Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 3. ed. São Paulo, SP: Ática, 2001.

PILETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino fundamental.** São Paulo: Ática, 2004.

ROSA, Clóvis. **Gestão estratégica escolar.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.